

ESTUDO TEÓRICO

ABORDAGENS TEÓRICAS E O USO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

DOI: 10.22289/2446-922X.V6N2A7

Adriana Manrique Tomé¹
Nilton Soares Formiga

RESUMO

As representações sociais são compreendidas como as opiniões individuais construídas, reelaboradas e redimensionadas à um determinado objeto social, influenciado pela história de vida de cada um. Seu funcionamento se baseia nos saberes socialmente construídos e compartilhados, uma versão da realidade conforme a satisfação e justificativa das necessidades, interesses e valores do grupo que a produziu. Para a presente pesquisa, fez-se um estudo bibliográfico com materiais publicados por autores clássicos e contemporâneos a respeito das abordagens teóricas da Teoria das Representações Sociais e o uso da Análise de conteúdo como um instrumento que apoie as pesquisas nestas abordagens. As abordagens teóricas em Representações sociais são: Abordagem Cultural (Sociogenética), com Denise Jodelet, Abordagem Societal com Willen Doise, e Abordagem Estrutural, com Jean-Claude Abric.

Palavras-chave: Abordagens em Representações Sociais; Cultura; Social; Estrutural.

97

THEORETICAL APPROACHES AND THE USE OF CONTENT ANALYSIS AS METHODOLOGICAL INSTRUMENT IN SOCIAL REPRESENTATIONS

ABSTRACT

Social representations are understood as the individual opinions constructed, reworked and redeemed to a specific social object, influenced by the life story of each one. Its operation is based on flavors built and shared socially, a version of reality according to the satisfaction and justification of the needs, interests and values of the group that produced it. For the present research, a bibliographic study was made with materials published by classic and contemporary authors about the theoretical approaches of the Theory of Social Representations and the use of Content Analysis as an instrument that supports the research in these approaches. The theoretical approaches in Social Representations are: Cultural Approach (Sociogenetics) by Denise Jodelet, Societal Approach by Willen Doise, and Structural Approach by Jean-Claude Abric.

Keywords: Approaches to Social Representations; Culture; Soecietal; Structural.

¹ Endereço eletrônico de contato: adriana.tome@gmail.com

Recebido em 15/05/2020. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 02/07/2020.



ENFOQUES TEÓRICOS Y EL USO DEL ANÁLISIS DE CONTENIDO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO EN REPRESENTACIONES SOCIALES

RESUMEN

Las representaciones sociales se entienden como las opiniones individuales construidas, reelaboradas y redimidas a un objeto social específico, influenciadas por la historia de vida de cada uno. Su funcionamiento se basa en el conocimiento socialmente construido y compartido, una versión de la realidad de acuerdo con la satisfacción y justificación de las necesidades, intereses y valores del grupo que lo produjo. Para la presente investigación, se realizó un estudio bibliográfico con materiales publicados por autores clásicos y contemporáneos sobre los enfoques teóricos de la teoría de las representaciones sociales y el uso del análisis de contenido como un instrumento que apoya la investigación en estos enfoques. Los enfoques teóricos en las representaciones sociales son: Enfoque cultural (Sociogenética), con Denise Jodelet, Enfoque social con Willen Doise, y Enfoque estructural, con Jean-Claude Abric.

Palabras clave: Enfoques de las Representaciones Sociales; Cultura; Social; Estructural.

1 INTRODUÇÃO

Na concepção da Teoria das Representações Sociais (TRS), a visão de homem e mundo está apoiada na interação e comunicação nos grupos sociais, e as pesquisas buscam caracterizar as influências recíprocas entre os indivíduos e os grupos sociais, permitindo a compreensão da formação do pensamento social (Moscovici, 2007).

Etimologicamente, a palavra ‘representação’ deriva do latim ‘*repraesentare*’ – ‘fazer presente’ ou ‘apresentar de novo’. Desta forma, pode-se conceituar a representação como o ato de fazer presente uma ideia, coisa ou pessoa que esteja ausente fisicamente em determinado contexto (Reis & Bellini, 2011).

Por meio da obra “A Representação Social da Psicanálise” (Moscovici, 2003) o autor lança olhares para o conhecimento originado no senso comum, que frequentemente é percebido como inferior em relação ao conhecimento científico, focando nos conhecimentos oriundos da vida e relações individuais cotidianas, pois estes são capazes de construir uma compreensão própria sobre determinado fenômeno, mesmo que este não seja de interesse do campo científico.

Moscovici (1978, p. 44) acreditava que as representações sociais são “umas das vias de apreensão do mundo concreto”, pois estão presentes a todo momento na sociedade, tanto no campo simbólico quando nas práticas cotidianas.

Segundo Santos e Ichikawa (2018) a representação social é um saber do senso comum, e como objeto de estudo apresenta uma legitimidade quanto conhecimento científico. Sendo assim, as representações podem se tornar senso comum; para Moscovici (2007, p. 8):

Rev. Psicol Saúde e Debate. Set., 2020:6(2): 97-117.



elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.

O enfoque dado pela TRS não se encontra no reconhecimento da interação entre indivíduo e meio social, mas no dinamismo desta relação, pois, a representação é uma construção do indivíduo, porém sua origem e o seu destino são sociais (Moscovici, 1961/2003).

Moscovici (1961/2003) define as representações sociais como um corpo organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas por meio das quais os indivíduos se integram ao grupo ou em relações diárias de trocas; um sistema de valores, noções e práticas que fornecem aos indivíduos meios para se orientarem no contexto social e material, para dominá-lo. Com isso, o foco da RS consiste em compreender como o meio social interfere na elaboração das representações sociais pelos indivíduos e como estas representações sociais individuais interferem na elaboração das representações nos grupos que pertencem.

A respeito do funcionamento das representações sociais, pode-se dizer que estas se baseiam nos saberes socialmente construídos e compartilhados, uma versão da realidade conforme a satisfação e justificativa das necessidades, interesses e valores do grupo que a produziu (Jodelet, 2003).

99

Sendo assim, as representações sociais são compreendidas como as opiniões individuais construídas, reelaboradas e redimensionadas à um determinado objeto social, influenciado pela história de vida de cada um (Moscovici, 1978).

Como sofrem influência do contexto de produção, as representações sociais se diferenciam de um grupo para outro, dependendo do modo como ocorre o processo de difusão entre os diferentes segmentos culturais que compõem as sociedades (Moscovici, 2003). Desta forma, como afirma Jodelet (2001, p. 41) as Representações Sociais

devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici, no âmbito da Psicologia Social, abre espaço para a compreensão de como o saber social interfere na cognição individual e vice e versa. As representações sociais são imagens, símbolos, ideias, conceitos da vida diária que expressam um conhecimento social, do senso comum. A partir da interação social, o saber da vida cotidiana é compartilhado com outros membros do grupo, gerando com isso, crenças, valores, normas que regem e interferem na vida em sociedade (Jodelet, 2001).



2 DESENVOLVIMENTO

O objeto de investigação da TRS é o conhecimento que se elabora e difunde entre os sujeitos sociais, representado através de suas práticas e das “teorias” que elabora. Por meio do processo de objetivação e ancoragem pode-se identificar e apreender estes conhecimentos difundidos nas diversas relações sociais.

Para que tenha um conhecimento adequado sobre os fenômenos na RS, desenvolveram-se três abordagens teóricas: cultural, societal e estrutural. Essa diversidade de instrumentos se dá, pois, cada abordagem se adequa melhor às especificidades do fenômeno estudado, no entanto, todas são complementares aos pressupostos teóricos de Moscovici (Bertoni & Galinkin, 2017).

Sá (1998, p. 65) afirma que estas abordagens assumem um caráter complementar, pois a TRS “desdobra-se em três correntes teóricas complementares [...]. Não se trata por certo de teorias incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam”.

Bertoni e Galinkin (2017) expressam ainda que, muitas vezes, a TRS recebe críticas devido à diversidade de desdobramentos teóricos e a própria característica do objeto, em sua complexidade, no entanto, a possibilidade de se pesquisar os fenômenos das representações sociais por meio de diferentes métodos de pesquisa é uma das características desta teoria.

100

Abordagem Cultural (Sociogenética)

De acordo com Jodelet (2001), as dificuldades iniciais encontradas por Moscovici para apresentar os limites do pensamento, ficavam em explicação circular, ora as discussões se centravam no sujeito, ora no social. Assim, na concepção da autora supracitada, seria possível apresentar uma nova perspectiva metodológica, integrando ambos aspectos, os quais, compreendiam as representações como processos pelos quais os indivíduos constroem e interpretam sua vida e o mundo onde estão inseridos conforme a sua história, permitindo a integração de fatores sociais e culturais na compreensão das relações e representações que se constroem a partir daí.

Triani, Bizerra e Novikoff (2017, p. 9) afirmam que na perspectiva sociológica e antropológica, o conceito de cultura “pode ser entendido como abstração transmissora de referências simbólicas” acumulativas inseridas no homem. Estas referências simbólicas estão no mundo desde a concepção do homem e se acumulam, instituindo na mente humana, juízos de valor, motivações, centros de interesses entre outros. Este sistema de referências torna possível o convívio em sociedade.

Logo, se as representações sociais (RS) são saberes do senso comum, construídos nas relações entre os indivíduos que estão inseridos em um grupo social, pode-se dizer que as representações nascem em uma determinada cultura, e que podem se diferenciar conforme diferentes grupos culturais.

Denise Jodelet (2009) propõe as esferas de pertença das representações sociais:

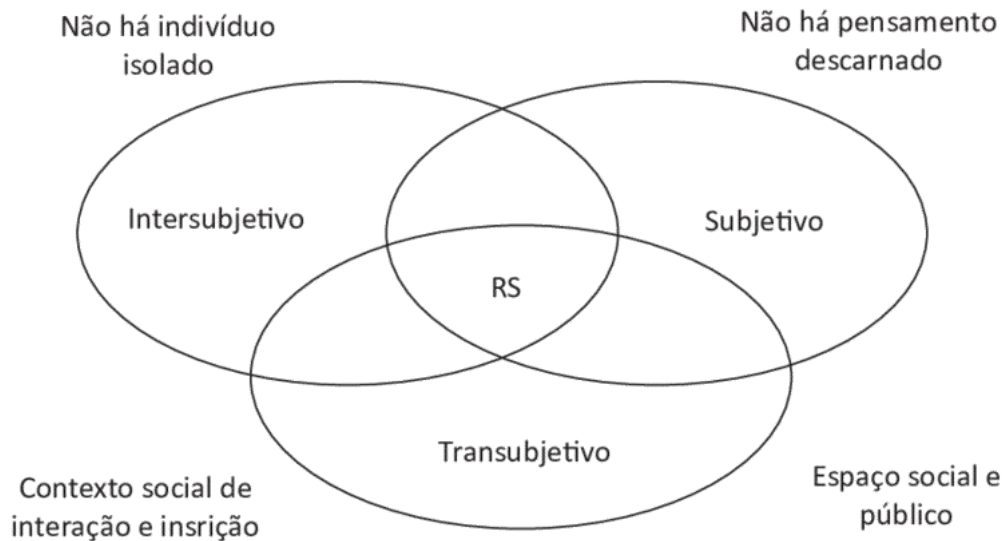


Figura 1: Representação figurativa das pertenças interpretativas da RS.

Percebe-se neste esquema que as RS pertencem a três esferas: subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva. Por fim, não há objeto e sujeito isolados, implicando a interpretação cultural. Para Jodelet (2001; 2005) os estudos em RS devem levar em consideração os discursos dos grupos que criam as RS, os comportamentos e práticas que expressam estas RS, além da análise de documentos e outros registros que institucionalizam estes discursos e/ou práticas e as interpretações dadas pelos meios de comunicação que influenciam tanto na manutenção quanto na transformação das RS.

Para Jodelet (1990) a objetivação é a construção formal de um conhecimento, ou seja, uma operação imaginante e estruturante dos esquemas conceituais, que absorve as significações e organiza o fluxo das comunicações. A ancoragem é a inserção orgânica do conhecimento em um pensamento constituído, e compreende o enraizamento social da representação e a integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente e às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutro. Desta forma, os valores e crenças do grupo expressam a sua identidade, pois imprime sentidos à representação (Jodelet, 1990).

Alves-Mazzotti (2008) destaca ainda que os processos de ancoragem e subjetivação articulam as três funções básicas da representação: função cognitiva de integração da novidade, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais; permitindo que se compreenda como a significação é conferida ao objeto representado, como é



utilizada como sistema de interpretação do mundo social e instrumentaliza a conduta, como se dá sua integração em um sistema de recepção e como influencia e é influenciada pelos elementos que aí se encontram.

Jodelet (1989) destaca a vitalidade, a transversalidade e a complexidade como três particularidades da RS e do tratamento dos fenômenos que ela busca explicar. Ao aceitar esta fluidez conceitual, Jodelet autoriza diversas iniciativas empíricas e conceituais, articulando a concepção psicossociológica com as de outras disciplinas teóricas, gerando múltiplas e ricas interpretações e inúmeros avanços teóricos.

Desta forma, a transversalidade é a contribuição mais promissora dessa abordagem, e está relacionada com a articulação dos estudos psicossociológicos da representação com diversos campos de pesquisa; já a complexidade relaciona-se à compreensão do funcionamento psíquico do indivíduo e do funcionamento do sistema social, a medida em que se busca definir como estes afetam e são afetados pelas representações (Bertoni & Galinkin, 2017).

Para Jodelet (1990) as investigações em representações sociais devem responder a duas questões que distinguem a teoria de outras abordagens da cognição social: 1) como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação e 2) como essa elaboração psicológica interfere no social. Desta forma, percebe-se que o foco de Jodelet (1990) é o pensamento social em seus aspectos constituído (produto) e constituinte (processo), e a objetivação e a ancoragem seriam os processos que lhe deram origem e por isso o foco de análise.

102

Ao estudar a representação enquanto produto busca-se a apreensão do conteúdo e sentido, por meio dos seus elementos constitutivos: informações, crenças, imagens, valores e expressos pelos sujeitos. Para que se possa constituir uma representação, os elementos devem ser organizados e hierarquizados. Para se estudar as representações enquanto processo, foca-se na relação entre a estrutura da representação e as condições e práticas sociais que induzem e justificam sua produção, analisando os aspectos culturais, ideológicos e interacionais, prevalentes no grupo estudado, explicando a emergência do núcleo figurativo e sua rede de significações (Jodelet, 1990).

Abordagem Societal

Esta abordagem tem como principal teórico Willen Doise (2002). Este autor problematiza a divisão entre as explicações “psicológicas” e “sociológicas” existentes na Psicologia Social, e acredita que a TRS supera essa dicotomia, pois seus objetos de estudos se situam no espaço de conexão entre o indivíduo e o coletivo, admitindo explicações tanto em nível sociológico quando



psicológico, pois o objetivo dessa abordagem é abranger as diversas dimensões da relação indivíduo-coletivo, centrando-se nos estudos de interação social.

Segundo Almeida (2009), Doise articula as RS em sua perspectiva mais sociológica, pois centra-se na influência que os sistemas de crenças compartilhadas têm sobre a organização e o funcionamento cognitivo, e destaca a inserção social dos indivíduos como sendo a fonte da variação dessas representações.

Para Doise (2002) o conteúdo das representações é justificado pelo encadeamento das relações entre os grupos, mantendo a especificidade e a identidade deste grupo. Segundo Doise (2002, p. 28) o objetivo é “mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos”. O objetivo desta abordagem é conectar o indivíduo ao coletivo, articulando explicações individuais e sociais, comprovando que as dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais), orientam os processos que os indivíduos possuem para funcionar em sociedade.

Para Doise (2002, p. 67) “de forma muito geral, as representações sociais podem ser definidas como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos”, e durante os estudos a respeito das relações intergrupais investigou quatro processos de análise que possibilitam a compreensão da construção e manifestação do pensamento social do grupo: intrapessoal, interpessoal, intergrupar e societal ou ideológico; sendo assim, cada uma dessas análises será apresentada a seguir:

1 - A análise intrapessoal (intra-individual) foca na maneira como o indivíduo organiza internamente suas experiências externas (meio ambiente) (Bertoni & Galinkin, 2017; Doise, 2002).

2 - A interpessoal (interindividual) e situacional, analisa a dinâmica das relações estabelecidas em determinada situação. Segundo Doise (2002, p. 28) “os indivíduos são aqui considerados como intercambiáveis e são seus sistemas de interação que fornecem os princípios explicativos típicos das dinâmicas desse nível”.

3 - A intergrupar analisa as diversas inserções sociais do sujeito considerando sua posição ou status social, pois os indivíduos se comportam de forma diferenciada a partir das representações partilhadas pelo grupo:

leva em conta as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais, características de uma sociedade e analisa como suas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis [...]. São, sobretudo, as pesquisas com grupos de status diferentes, dominantes e dominados, majoritários e minoritários, que se situam neste nível (Doise, 2002, p. 28).



Sendo assim, os processos intergrupais analisam como as diferentes posições ocupadas pelo indivíduo nas relações sociais modulam os seus processos do primeiro (intra-individual) e do segundo nível (interpessoal).

4- A análise societal (ideológica) leva em consideração o desenvolvimento das ideologias, sistemas de crenças e representações, avaliações, valores e normas sociais, pois são elas que validam a ordem social (Doise, 2002, p. 28): “as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais”.

Estas análises, quando articuladas, são mais complexas e conduzem a uma melhor descrição do processo. No entanto, as análises do tipo societal (isto é, posicional e ideológica) ainda são minoritárias em Psicologia Social (Almeida, 2009).

Doise (2002) explicita a respeito da contribuição da TRS na construção de uma psicologia societal, interligando o estudo dos sistemas cognitivos (complexos) do indivíduo ao estudo dos sistemas relacionais e societais (metassistema de relações simbólicas que caracterizam uma sociedade).

Os pensamentos que objetivam ‘apreender categorias’ agem em dois sistemas cognitivos: o sistema operacional e o metassistema. No primeiro ocorrem as associações, inclusões, discriminações e deduções. Já no segundo, ocorre o controle, verificação e seleção dos conteúdos elaborados pelo primeiro, retrabalhando-os. Doise (2011) complementa ainda que os psicólogos sociais devem se deter às relações que se estabelecem entre as normas sociais e os funcionamentos cognitivos que operam nas RS, principalmente com relação às atualizações e regulações feitas pelo metassistema social no sistema cognitivo (Doise, 2011).

Para Doise (1991) e o grupo de Genebra o progresso cognitivo ocorre devido aos conflitos sócio cognitivos suscitados pela interação social, e estes conflitos ocorrem quando em uma mesma situação de interação social se produzem diferentes enfoques cognitivos (diferentes pontos de vista), o que pode favorecer o amadurecimento a coordenação nas situações mais complexas.

Segundo o autor supracitado, o conceito de “marcação social” para as tarefas cognitivas indica uma resolução, a qual, impregnada de significados sociais, e podem ser definidos em três aspectos:

1. A marcação social define qualquer situação onde se dá uma correspondência entre as respostas que derivam das regulações sociais e as respostas que resultam da organização dos esquemas cognitivos /.../;
2. para dar lugar a um desenvolvimento cognitivo, esta correspondência deve levar o sujeito a comparar efetivamente respostas de diferentes naturezas;
3. o mecanismo pelo qual a marcação social garante a elaboração de novas



respostas cognitivas é o conflito sociocognitivo, ou seja, é a confrontação de respostas contraditórias que pode dar lugar a novas respostas (Doise, 1991, p. 17).

Clémence, Doise e Lorenzi-Cioldi (1994) propuseram uma abordagem tridimensional para estudar as RS fundamentada na obra seminal de Moscovici (1961/2003) e nas dinâmicas de comunicação (difusão, propagação e propaganda) onde as RS são fabricadas. Assim, as pesquisas que utilizam a abordagem societal recorrem à três hipóteses a respeito do estudo das RS (Doise, 2002):

1. os diferentes indivíduos que participam de uma mesma população, compartilham entre si crenças a respeito de um determinado objeto social, pois as RS se constroem nas relações de comunicação que conjecturam linguagem e referências comuns àqueles que estão implicados nessas trocas simbólicas. Nesta fase, o estudo das RS identifica o campo comum das representações sociais, ou seja, os elementos comuns e a forma como eles se organizam;

2. há diferenças individuais quanto às origens e tomadas de posição em relação ao objeto de representação, às quais a TRS: “deve explicar como e por que os indivíduos diferenciam entre si nas relações que eles mantêm com essas representações. Isto implica que essas variações nas tomadas de posição individuais são organizadas de uma maneira sistemática” (Doise, 2002, p. 30). Nesta fase, o estudo das Representações identifica os princípios organizadores das variações individuais.

3. há múltiplas ancoragens a respeito das tomadas de posição nas realidades coletivas, ou seja, apesar de haver consenso e oposições entre os indivíduos a respeito das RS, também ocorrem ancoragens das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas, que são explícitas nas hierarquias de valores, percepções que os indivíduos constroem nas relações intergrupais e também experiências sociais que partilham com outros em função da posição e status social a que pertencem. Nesta fase, o estudo das Representações identifica a ancoragem das diferenças individuais.



Abordagem Estrutural

Jean-Claude Abric desenvolveu a “Teoria do Núcleo Central” como ferramenta para compreender a estrutura de uma RS. O foco deste autor se dá na dimensão cognitivo-estrutural das representações. Para Abric (2000; 2001) as representações não são um simples reflexo da realidade vivenciada, mas compreende uma organização significativa, funcionando como um sistema de pré-codificação e interpretação da realidade que rege as relações do indivíduo com seu meio social e físico e orientam seus comportamentos e práticas. Assim, toda RS está organizada em torno de um núcleo central e um sistema periférico.

Segundo Alves-Mazzotti (2002) ao se considerar os componentes cognitivos e sociais, pressupõe-se que o indivíduo é ativo do ponto de vista cognitivo, mas a influência desses processos cognitivos é determinada pelas condições sociais onde as representações se elaboram e são transmitidas.

Segundo Parreira, Mónico, Oliveira, Cavaleiro e Graveto (2019, p. 65)

ao formar a sua representação de um objeto, o sujeito, de certo modo, o constitui, o reconstrói no seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende da sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido. Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características “objetivas” do objeto, das experiências anteriores do sujeito e das normas e valores do grupo. Assim, as representações podem ser vistas como uma visão funcional do mundo, o que permite dar sentido à sua conduta e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências e, portanto, adaptar-se e definir o seu lugar”.

106

Por sua vez, as representações são sustentadas por quatro funções, conforme Abric (2000, p. 28):

- 1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.
- 2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.
- 3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.
- 4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.



Ou seja, a RS define as referências comuns que permitem a comunicação social, permitindo a proteção das especificidades dos grupos, guiando e justificando a ação dos indivíduos e suas práticas sociais e/ou dos grupos.

A Teoria do Núcleo Central desenvolvida por Abric (2000) postula que a organização de uma representação se dá em torno do núcleo central, que determina a significação e organização da representação, e os elementos periféricos, composto por elementos mais acessíveis e concretos.

Para Abric (2000), o Núcleo Central possui três funções: a função geradora, a organizadora e a estabilizadora. A função geradora é o elemento do qual se cria ou transforma o significado dos elementos que constituem a representação, ganhando um sentido, um valor para o indivíduo ou grupo social. Já a função organizadora está relacionada à formação de elos, de união dos elementos da representação, unificando e estabilizando a representação. E por último, a função estabilizadora, se relaciona à continuidade da representação, pois resistem até mesmo em contextos móveis e evolutivos. Assim, para que dois ou mais grupos tenham a mesma representação de um dado objeto, faz-se necessário que eles partilhem o mesmo Núcleo Central.

Os elementos periféricos possuem três funções: concretização, regulação e defesa. Segundo Bertoni e Galinkin (2017, p. 111-112)

os elementos periféricos, ao mesmo tempo, tornam imediatamente compreensíveis e transmissíveis a formulação da representação em termos concretos (concretização). Constituem seu aspecto móvel e evolutivo (regulação) e onde poderão aparecer e ser toleradas as contradições (defesa), uma vez que o núcleo central é resistente à mudança, posto que sua transformação provocaria uma completa alteração.

O sistema periférico permite adaptações do pensamento do grupo à sua realidade cotidiana. Sem o sistema periférico, as RS seriam um sistema de pensamento rígido e pouco adaptável às instabilidades cotidianas.

Abric (2000; 2001) explica que os elementos do núcleo central são determinados socialmente e definem a homogeneidade do grupo; os elementos do sistema periférico tem determinação individualizada e contextual, sendo mais flexível no seu comportamento e conteúdo.

O conteúdo do núcleo central é estável e rígido, e ancorados no sistema de valores compartilhado pelos membros do grupo. Já os elementos periféricos são móveis e flexíveis, pois são alimentados pelas experiências individuais em situações específicas. No sistema periférico agregam-se as relações e práticas sociais dos indivíduos ou grupos. Segundo Parreira, Mónico, Oliveira, Cavaleiro e Graveto (2019, p. 69) “associado ao sistema central, [o sistema periférico] permite a ancoragem do novo ou estranho na realidade representacional”.

Abric (2000, p. 33) descreve os papéis do núcleo central e dos elementos periféricos: “os esquemas centrais (o núcleo central) são normativos no sentido que eles expressam a



normalidade, mas não a certeza, enquanto que os elementos periféricos condicionais, expressam o frequente, às vezes o excepcional, mas nunca o anormal”.

Sá (1996) explicita que os elementos do núcleo central possuem quatro características que o distinguem da periferia: poder associativo, consensualidade, estabilidade e condicionalidade.

O poder associativo, ou seja, os elementos do núcleo central não são isolados, são facilmente conexos a outros elementos (cogemas) que surgem a respeito do objeto, formando um sistema (o núcleo central), ao qual o sistema periférico circula. Importante ressaltar que um elemento central não contradiz outro, o que faz com que o sistema central seja coeso; as oposições, contradições e incongruências se situam no sistema periférico (Wachelke, 2012).

A consensualidade é a característica de coesão de pensamento no grupo, pois descreve a recorrência de elementos pensados e evocados dentro de um mesmo grupo populacional a respeito de determinado objeto, permitindo a comunicação intragrupal, a sociabilidade e as relações sociais (Abric, 1994).

A estabilidade do núcleo central pode ser vista sob dois aspectos: a sincrônica e o diacrônico. A estabilidade sincrônica ocorre independente do contexto, quando o elemento central da representação se mantém ativado por membros do grupo ao pensar a respeito de determinado objeto. Já os elementos periféricos dependem do contexto e das contingências do momento (motivações, finalidade da situação, relevância do tema para a mídia, entre outros), e quando ocorrem modificações nas circunstâncias, ocorre modificação na ativação dos elementos periféricos (Flament & Rouquette, 2003).

108

A estabilidade diacrônica está relacionada à permanência dos elementos centrais permanecerem como tal do decorrer do tempo, possibilitando a previsão do pensamento do grupo sobre determinado objeto. Já os elementos periféricos não são estáveis e podem desaparecer do pensamento do grupo (Flament & Rouquette, 2003).

A quarta característica é a condicionalidade, explicada por Moliner (1994, p. 202), pois, o núcleo central possui “um laço privilegiado com o objeto da representação. Esse laço é simbólico e resulta das condições históricas e sociais que presidiram o nascimento da representação”.

De acordo com Alves-Mazzotti (2002, p. 23) o Núcleo Central e do Sistema Periférico da RS tem algumas características (ver quadro 1):

Quadro 1: Características do núcleo central da RS.

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado a memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Se transforma
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo; protege o sistema central

Abric (1994) afirma que não existe nenhuma técnica que, por si só, permita identificar os componentes necessários para que se conheça uma RS: conteúdo, estrutura interna e núcleo central. Desta forma sugere uma abordagem plurimetodológica, dividida em três etapas.

O primeiro passo é o uso de entrevista para que se possa levantar o conteúdo das representações. O segundo passo é a pesquisa da estrutura e núcleo central, onde ocorre a organização do conteúdo em categorias, identificação das relações e hierarquia entre os elementos que compõem a representação. Aqueles elementos que forem identificados como mais significativos devem ser testados para que se possa verificar a centralidade, para tal, verifica-se se, ao retirar os elementos da representação, ela perderá seu significado (Abric, 1994).

Para analisar a estrutura das RS, Abric desenvolveu um questionário de evocação que deve ser respondido a partir de um termo indutor. Alves-Mazzotti (2002, p. 26) afirma que as entrevistas centradas na abordagem estrutural repousam sobre o mesmo princípio “pedir ao próprio sujeito que faça, sobre sua produção, um trabalho cognitivo de análise, comparação e hierarquização”.

Posteriormente, as evocações podem ser organizadas pelo software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l’Analyse des Évocations), que, através dos critérios de frequência e ordem de evocação, possibilita uma Análise das Evocações e o reconhecimento da estrutura e a organização interna das RS. Os dados são apresentados pelo software em quatro quadrantes: no eixo vertical estão aqueles relacionados à frequência de evocação, e no horizontal, relacionados à ordem (Bertoni & Galinkin, 2017).

Uma nova análise pode ser feita a partir da Análise de Evocação, denominada Análise das Palavras Principais. Nesta análise se realiza uma comparação entre os elementos do núcleo central e do sistema periférico, analisando a frequência de evocação e a frequência das palavras escolhidas pelos entrevistados como sendo as mais importantes (Bertoni & Galinkin, 2017).



Um terceiro tipo de análise pode ser realizada: a Análise de Categorias, em que se agrupam por semelhança as palavras, construindo categorias. Para que possam ser identificadas conexões entre as palavras utiliza-se a Técnica de Análise de Similitude obtida com o software SIMI (Bertoni & Galinkin, 2017).

Existem outros instrumentos de coleta de análise que dados que podem ser utilizados juntamente com a TRS. A TRS aceita variadas técnicas de entrevista: não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas, assim como os grupos focais. Estas técnicas possibilitam que o entrevistado expresse seus pensamentos e sentimentos sobre o tema proposto. Dentre outras técnicas que podem ser utilizadas, tem-se a Análise do Conteúdo (Bardin, 2009), que possibilita diversas interpretações do material coletado nas entrevistas.

Análise de Conteúdo: Do discurso do método e do método do discurso.

A Análise de Conteúdo do Discurso é uma metodologia de estudo e interpretação de conteúdos verbais e não verbais (textos, mensagens e entrevista), que a analisar a frequência de ocorrência de termos, constructos e referências utilizados pelos locutores, de forma a desvendar o discurso, geralmente simbólico e polissêmico, escondido por detrás do discurso aparente.

Como afirmam Silva, Gobbi e Simão (2005, p. 74):

qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo. Parte do pressuposto que por trás do discurso aparente, esconde-se um outro sentido que convém descobrir.

Pela Análise de Conteúdo, “a partir dos resultados da análise se pode regressar às causas, ou até mesmo aos efeitos das características das comunicações” (Bardin, 2009, p. 22). Assim, a Análise de Conteúdo é mais uma ferramenta a ser utilizada pelo pesquisador, principalmente em casos de investigação científica no campo social, pois é uma técnica que tem por objetivo a interpretação de textos e do sentido das palavras, baseada na dedução, na inferência.

O autor ainda complementa afirmando que pertencem ao domínio da análise do conteúdo todas as

iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou eventualmente, os efeitos dessas mensagens) (Bardin, 2009, p. 42).



Segundo Fonseca Junior (2006) a análise de conteúdo não é um método apenas descritivo, mas tem como objetivo formular inferências reproduzíveis e válidas a outros contextos. A inferência pode ser entendida como uma operação intelectual em que se pode afirmar a veracidade de uma proposição devido a sua ligação com outras proposições já conhecidas como verdadeiras.

Existem três categorias de métodos que incidem sobre a sua forma ou sobre as relações entre os elementos constitutivos presentes no discurso: 1) as análises temáticas revelam as representações sociais a partir de um exame de certos elementos constitutivos; 2) as análises formais incidem sobre as formas e encadeamento de discurso; e 3) as análises estruturais, focam na forma como elementos estão dispostos e tentam revelar aspectos subjacentes e implícitos da mensagem (Bardin, 2009).

A utilização da Análise do Conteúdo, segundo Bardin (2009) prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise é a fase de organização do material, e nela o pesquisador faz uma leitura flutuante do material que será analisada profundamente. Neste primeiro contato, as intuições e impressões do pesquisador são usadas na formulação de hipóteses (que serão validadas ou não pelas etapas consecutivas) e objetivos, elaboram-se os indicadores ou teorias adaptáveis ao material que irão orientar a interpretação.

O material escolhido para análise deve obedecer às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade. Ou seja, o esgotamento total da comunicação, sem omitir nada; a amostra selecionada deve representar o universo ao qual esta inserida; os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes; os documentos adaptam-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa; e, um elemento não deverá ser classificado em mais de uma categoria.

Ainda na etapa de pré-análise formulam-se as hipóteses e objetivos, na qual fazem-se afirmações provisórias que serão verificadas, e então confirmadas ou não, mas com base nas hipóteses formuladas anteriormente, dá-se início à referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, com a finalidade de interpretar o material coletado. A construção de indicadores deve ser precisa e segura, podendo ser testada, em forma de pré-teste de análise, utilizando algumas passagens do discurso a ser analisado (Bardin, 2009).

Após a preparação do material, inicia-se a fase de exploração, onde ocorre a análise propriamente dita. Nesta fase são escolhidas as unidades de codificação, classificação e categorização (Bardin, 2009). A codificação ou unidades de registro podem ser palavras ou frases que auxiliam no trabalho de poda e facilita no refinamento das ambiguidades. Segundo Bardin (2009, p. 103)



tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.

Silva e Fossá (2013) sugerem que nesta etapa o texto coletado é recortado em unidades de registro (parágrafos de cada entrevista, textos de documentos, e/ou anotações de diários de campo). Destes parágrafos, identificam-se as palavras-chaves e se resume cada parágrafo para realizar uma primeira categorização.

Nesta primeira categorização, os temas são agrupados conforme sua correspondência. Posteriormente, estas categorias são agrupadas tematicamente, e originam as categorias intermediárias. Que, por último, são combinadas em função de sua ocorrência e resultarão em categorias finais, que possibilitam as inferências. Por meio desse processo inferencial compreende-se o sentido da fala explícita dos entrevistados, mas também se procuram outras significações e novas mensagens por meio da mensagem primeira (Silva & Fossá, 2013).

Durante o processo de codificação os dados brutos da entrevista vão se transformando e sendo agregados às unidades, que irão permitir a descrição das características pertinentes a determinado conteúdo.

A etapa de categorização não é obrigatória, no entanto, é uma forma eficaz de organizar os procedimentos de análise. Nela, os temas são agrupados em quadros, conforme as categorias definidas previamente (e em outras que possam vir a surgir posteriormente). Nesta etapa ocorre a classificação e agrupamento de elementos em categorias conforme a similaridade dos elementos (Bardin, 2009).

112

Após a elaboração de categorias sínteses, deve-se construir a definição de cada categoria. Esta definição pode ser baseada no referencial teórico que sustenta a pesquisa, ou nas verbalizações relativas aos temas apresentadas pelos entrevistados.

Ainda no processo de categorização é possível, para facilitar o trabalho do analista e também tornar o processo uniforme, a criação daquilo que Bardin (2009) denominou *index*, ou dicionário. O *index* é um

dicionário de análise categorial, adaptado ao tratamento automático [...]. Num *index*, a classificação das palavras faz-se ao nível de conceitos chaves ou títulos conceituais. Cada um dos conceitos chave reúne um certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista” (Bardin, 2009, p. 127).

Assim, os conceitos estão no intermédio entre a teoria e os dados verbalizados. No caso das pesquisas que tratam de Representações Sociais, as respostas são agrupadas em categorias levando-se em conta o sentido lógico e semântico de seus significados na busca de eixos



definidores de representações que os sujeitos da pesquisa vêm construindo, com base em suas experiências e vivências cotidianas, representações essas que, ao mesmo tempo, influenciam suas atividades, percepções, valores, julgamentos e decisões.

A compreensão das categorias levantadas por meio dos instrumentos metodológicos compatíveis com a Teoria das Representações Sociais busca a compreensão do conhecimento social sobre determinado fenômeno, representado por imagens, símbolos, ideias e crenças. Portanto, as mesmas constituem a realidade da vida cotidiana e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais as pessoas se ligam umas nas outras (Moscovici, 2003).

Na fase de tratamento dos resultados o pesquisador passa a dar significado e validade ao material encontrado, ou seja, o pesquisador passa a captar os conteúdos manifestos e latentes presentes no material coletado. Esta interpretação não deve se basear apenas no conteúdo manifestado pelos entrevistados, mas também no conteúdo latente, ou seja, no sentido que há por trás do que foi dito. Nesta fase os conceitos dão um sentido geral ao tema pesquisado, ou seja, produzem uma imagem significativa sobre ele (Bardin, 2009).

Segundo Câmara (2013, p. 189) “as interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais”.

113

Bardin (2009, p. 39) ressalta ainda que,

a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária, e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra.

Apesar do eficiente uso da Análise de Conteúdo como alternativa metodológica nas pesquisas em representações sociais, esbarra-se na possibilidade de algumas limitações que devem ser controladas pelo pesquisador, afim de não contaminar o resultado analítico, como os preconceitos do pesquisador e a proximidade do pesquisador com os fenômenos relacionados. Desta forma, o distanciamento da subjetividade do pesquisador e de seu objeto de estudo se faz necessário para não impregnar na pesquisa e refletir no objeto estudado (Rocha & Deusdará, 2005).

Outro ponto a ser levado em consideração, está com relação à possível dificuldade de verbalização do entrevistado. Para isso, o pesquisador que fará uso de entrevista, deverá refletir a respeito da elaboração do questionário a ser utilizado na coleta de dados, garantindo que o mesmo possa levar o entrevistado a manifestar suas percepções, sem dificuldades ou incômodos (Cavalcante, Calixto & Pinheiro, 2014).



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento do homem como um ser social dotado de percepções que permitem uma interpretação própria da sua realidade, têm distanciado as pesquisas sociais da visão positivista e aprimorado pressupostos dentro do paradigma interpretativo. Isso faz com que a pesquisa em psicologia social acompanhe a evolução do homem em sociedade (Silva, Gobbi & Simão, 2005).

A Teoria das Representações Sociais aborda a interpretação subjetiva feita pelo indivíduo a respeito da própria realidade, pois, durante o processo de interação entre o indivíduo e o fenômeno social é envolvido por conceitos e significados construídos socialmente (Wachelke & Camargo, 2007).

A análise de conteúdo, como método de análise do discurso pode ser fundamentada pela TRS, pois com ela, se propõe a decompor o discurso e identificar unidades de análise ou grupos de representações para, posteriormente, categorizar os fenômenos e reconstruir os significados para compreender de forma aprofundada a interpretação da realidade do grupo estudado (Bertoni & Galinkin, 2017).

Esta revisão de literatura buscou apresentar os instrumentos metodológicos utilizados em pesquisas sobre Representações Sociais. Para tal, resumiu-se as informações existentes a respeito da contextualização teórica de cada instrumento e suas particularidades.



4 REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994). Représentations sociales: aspects théoriques. In J.C. Abric (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, p. 11-36.
- Abric, J. C. (2001). *Prácticas sociales y representaciones*. México: Coyoacán.
- Abric, J.C. (2000). A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: Moreira, A. S. P. & Oliveira, D.C. (org.). *Estudos Interdisciplinares de representação social* (2.ed.). Goiânia: AB, p. 27-37.
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 713-737. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>
- Alves-Mazzotti, A. J. A. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*. São Paulo, 14/15, 17-37. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/31913>
- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*, 1(1), p. 18-43, jan. / jun.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa: Portugal
- Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In: Mororó, L. P., Couto, M. E. S., & Assis, R. A. M. (orgs). *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, p. 101-122.
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações gerais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191. Recuperado em 25 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, 24(1), 13-18. Recuperado em 25 de maio de 2020, de <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92625>
- Clemence, A., Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1994). Prises de position et principes organisateurs des représentations sociales. In: Guimelli, C. (Org.). *Texte de base en sciences sociales. Structures et transformations des représentations sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé, p. 73-84
- Doise, W. (1991). La doble dinámica social en el desarrollo cognitivo. *Anthropos – Suplementos*, n. 24, p. 12-19.
- Doise, W. (2002). *Direitos do homem e força das ideias*. Lisboa: Horizonte.
- Doise, W. (2011). Sistema e metassistema. In A. M. O Almeida, M. F. S Santos & Z. A. Trindade (Org.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, p. 123-156.
- Flament, C., & Rouquette, M. L. (2003). Anatomie des idées ordinaires. *Comment étudier les représentations sociales*. Paris: Armand Colin.
- Rev. Psicol Saúde e Debate. Set., 2020:6(2): 97-117.*



- Fonseca Junior, W. C. (2006). Análise de conteúdo. In: Duarte, J., Barros, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed.). São Paulo: Atlas, p. 280-315.
- Jodelet, D. (1989) (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.
- Jodelet, D. (1990). Représentation sociale: phénomène, concept et théorie. In: Moscovici, S. (dir.). *Psychologie sociale* (2ª ed.). Paris: Presses Universitaires de France
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44.
- Jodelet, D. (2003). Pensamiento social e historicidad. *Relaciones*, México, 24(93), 97-114. Recuperado em 25 de maio de 2020, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13709305>
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, [online], 24(3), 679-712. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300004>.
- Moliner, P. (1994). Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des representations sociales. In C. Guimelli (Org.). *Structures et transformations des représentations sociales* Lausanne: Delachaux et Niestlé, p. 199-232.
- Moscovici, S. (1961/2003). *A Psicanálise: sua imagem e seu público*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis: Vozes, p. 29-109.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Parreira, P., Mónico, L., Oliveira, D., Cavaleiro, J., & Graveto, J. (2019). A Abordagem estrutural das Representações Sociais. In: Parreira, P., Sampaio, J.H., Mónico, L., Paiva, T., Alves, L. (Orgs.) *Análise das Representações Sociais e do Impacto da Aquisição de Competências em Empreendedorismo nos Estudantes do Ensino Superior Politécnico*. Portugal: Instituto Politécnico da Guarda.
- Reis, S. L. A., & Bellini, M. (2011). Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 33(2), 149-159. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v33i2.10256>
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, 7(2), 305-322. <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. de. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, V. T., & Ichikawa, E. Y. (2018). Representações Sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. *Gestão & Sociedade*, 12(31), 2213-2231. <https://doi.org/10.21171/ges.v12i31.2261>
- Rev. Psicol Saúde e Debate. Set., 2020:6(2): 97-117.*



- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2013). Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília/DF – 3 a 5 de novembro de 2013.
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). O uso da Análise de Conteúdo como Ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, 7(1), 70-81.
- Triani, F. S., Bizerra, C. C., & Novikoff, C. (2017). A influência da cultura sobre as representações sociais. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 14(36), 7-21. Recuperado de <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/1216>
- Wachelke, J. (2012). Context effects and inter-representation activation: an experimental study. *Papers on Social Representations*, 21, 8.1-8.28.
- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390. Recuperado em 25 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&tlng=pt.